



Ministério da Economia
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS



Processo n° 18050.000195/2009-12
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 2402-009.447 – 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de fevereiro de 2021
Recorrente MOPPCLEAN SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2004

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ARRECADAÇÃO MEDIANTE DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS.

Constitui infração à legislação previdenciária deixar a empresa de arrecadar, mediante desconto das remunerações, as contribuições dos segurados a seu serviço.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. REAJUSTE DO VALOR. VALOR-BASE VIGENTE NA DATA DA ATUAÇÃO.

Aplica-se a multa por infração a dispositivo da legislação previdenciária de acordo com a legislação da época dos fatos geradores, porém o seu valor-base, reajustado na forma prevista na legislação, será o vigente na data da lavratura do auto de infração.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira, Denny Medeiros da Silveira, Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Junior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

Fl. 2 do Acórdão n.º 2402-009.447 - 2ª Seju/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 18050.000195/2009-12

Relatório

Por bem descrever os fatos ocorridos até a decisão de primeira instância, transcreveremos o relatório constante do Acórdão n.º 15-21.268, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) em Salvador/BA, fls. 130 a 134:

O presente Auto de Infração foi lavrado em razão da empresa Mopplean Serviços de Limpeza Ltda ter deixado de arrecadar no período de 01/2004 a [12/2004], mediante desconto das remunerações, as contribuições dos segurados a seu serviço, conforme previsto no artigo 30, I, “a” da Lei n.º 8.212/91, artigo 4º, “caput” da Lei n.º 10.666/2003 e artigo 216, I, “a” do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto n.º 3048, de 06 de maio de 1999.

Consoante o Relatório Fiscal da Infração (fls. 19/21), o contribuinte autuado deixou de arrecadar mediante desconto das remunerações, as contribuições dos segurados empregados e contribuintes individuais decorrentes das diferenças de base de cálculo apuradas no Auto de Infração de Obrigação Principal n.º 37.201.616-2.

A multa aplicada está capitulada no art. 283, inciso I, alínea “g”, do Decreto n.º 3.048/99, cujo valor pecuniário é a quantia mínima de R\$ 1.254,89, consoante atualização da Portaria Interministerial MPS/MF n.º 77/2008.

O contribuinte foi cientificado do lançamento em 09 de janeiro de 2009, conforme assinatura aposta na folha de rosto do Auto de Infração. Em 09 de fevereiro de 2009, o sujeito passivo apresenta impugnação alegando, em síntese, o que se relata a seguir.

Não há descumprimento de obrigação acessória concernente à arrecadação mediante retenção das contribuições incidentes sobre as despesas com Alimentação e sobre as glosas de salário-família, visto que, conforme restou demonstrado na defesa do AI n.º 37.201.616-2, as referidas verbas não sofrem incidência tributária.

O agente autuante aplicou a multa com base em legislação posterior à ocorrência dos fatos geradores, amparado no § 8º do art. 32 da Lei n.º 8.212, de 1991. Tal norma fere o princípio da irretroatividade da lei tributária previsto na Constituição Federal.

Ao final, requer a invalidade do AI e postula a produção de prova por todos os meios em direito admitidas, reservando-se o direito de juntar posteriormente novos documentos.

Ao julgar a impugnação, em 13/10/09, a 7ª Turma da DRJ em Salvador/BA concluiu, por unanimidade de votos, pela sua improcedência, consignando a seguinte ementa no *decisum*:

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ARRECADAÇÃO MEDIANTE DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS.

Constitui infração à legislação previdenciária deixar a empresa de arrecadar, mediante desconto das remunerações, as contribuições dos segurados a seu serviço.

VALOR DA MULTA.

O valor da multa é o vigente na data de lavratura do auto de infração, conforme § 8º, do art. 32, da Lei 8.212/91 e art. 652, da IN MPS/SRP n.º 03/2005.

PROVAS. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO. PRECLUSÃO.

A prova documental no contencioso administrativo fiscal deve ser apresentada juntamente com a impugnação, precluindo o direito de fazê-lo em outro momento processual, salvo se fundada nas hipóteses legais expressamente previstas.

Cientificada da decisão de primeira instância, em 26/11/09, segundo o Aviso de Recebimento (AR) de fl. 136, a Contribuinte, por meio de seu advogado (procuração de fl. 73), interpôs o recurso voluntário de fls. 138 a 146, em 14/12/09, alegando o que segue:

2. DA DESNECESSIDADE DO DEPÓSITO DE 30% (TRINTA POR CENTO) DO VALOR DO TRIBUTO PARA O RECEBIMENTO DO PRESENTE RECURSO (ADIN n.º 1.976-7). SÚMULA VINCULANTE N.º 21 DO C. STF.

Em matéria preliminar, cumpre ao recorrente registrar que o requisito de admissibilidade do recurso administrativo previsto no art. 33, § 2º, do Decreto n.º 70.235/72 não lhe pode ser exigido.

[...]

4. DA AUSÊNCIA DE COMETIMENTO DE PARTE DA SUPOSTA INFRAÇÃO

Da leitura do relatório fiscal da infração, depreende-se que a suposta infração, a rigor, não foi cometida. Com efeito, o item do citado relatório alude a infringência de obrigação acessória concernente a arrecadação, mediante desconto nas remunerações as contribuições dos seguradores empregados e dos contribuintes individuais, decorrentes das diferenças de base de cálculo apontadas no auto de infração tombado sob o n.º 37.201.616-2, segundo o que se apurou como base de cálculo das contribuições sociais previdenciárias - salário-de-contribuição - os registros de contabilidade sob o rubrica "despesas com alimentação" (Alimentação, lanches, refeições, cesta básica etc.) e as glosas dos valores pagos como salário-família.

Consoante restou sobejamente demonstrado na defesa apresentada aquele auto de infração - e será comprovado pela respectiva instrução processual - tais parcelas não hão de sofrer incidência tributária - sobretudo porque o fornecimento da alimentação se dava *in natura*, bem assim estavam comprovados todos os requisitos necessários à percepção do salário-família -, razão por que não se deve cogitar de descumprimento de dever tributário acessório consistente na arrecadação mediante retenção das contribuições incidentes sobre tais verbas. Não havendo obrigação de pagar o tributo, não há descumprimento de obrigação tributária acessória respeitante a retenção e ao repasse.

5. DA APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DA MULTA VIGENTES POSTERIORMENTE AO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO SEM A DEMONSTRAÇÃO DE SE TRATAR DE NORMA MAIS BENÉFICA AO INFRATOR (ART. 106, INCISO II, ALÍNEA C, DO CTN).

Sem embargo da defesa trazida acima, cumpre ao contribuinte salientar que o agente autuante aplicou indevidamente a sanção, eis que se escorou em norma jurídica vigente após o cometimento da infração.

[...]

Ora, as competências cujos registros contábeis apresentaram irregularidades se referiam ao exercício de 2004. A fiscalização, contudo, utilizou como critério de valor mínimo para a fixação da multa montante vigente somente a partir de março de 2008 (!?). Isso porque o § 8º do art. 32 da lei federal 8.212/91 determina expressamente:

§ 8º O valor mínimo a que se refere o § 4º será o vigente na data da lavratura do auto-de-infração. (Incluído pela Lei 9.528, de 1092.97)

Tal norma, entretantes, infringe o princípio da irretroatividade da lei tributária prevista na Constituição Federal de 1988, especificamente no art. 150, inciso III, alínea a. Aplica-se uma sanção dimensionada por determinada norma (in casu, a portaria) vigente em momento posterior, a uma infração cometida em momento anterior, o que não é permitido por nosso sistema constitucional, também por força do art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna.

Na mesma linha, a aplicação da sanção mensurada pela norma posterior viola, outrossim, norma geral de direito tributário, insculpida no art. 105 do CTN, por meio do qual se determina que a lei tributária se aplica aos fatos futuros e aos fatos pendentes, vedada a retroação.

(Destques no original)

É o Relatório.

Fl. 4 do Acórdão n.º 2402-009.447 - 2ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 18050.000195/2009-12

Voto

Conselheiro Denny Medeiros da Silveira, Relator.

Do conhecimento

O recurso voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Assim, dele conheço.

Do depósito recursal

O depósito recursal alegado, pela Recorrente, estava previsto na Lei n.º 8.213, de 24/7/91, em seu art. 126, §§ 1º e 2º, porém, tais parágrafos foram revogados pela Medida Provisória n.º 413, de 3/1/08, convertida na Lei n.º 11.727, de 23/6/08.

Sendo assim, entendemos por superada a questão quanto ao depósito.

Da alegada ausência de cometimento da infração

O presente auto de infração decorreu do fato de a empresa ter deixado de arrecadar, mediante desconto da remuneração, as contribuições dos segurados que prestaram serviço à empresa.

Em seu recurso, alega a Recorrente que não tinha a obrigação de efetuar a arrecadação das contribuições, uma vez que os valores pagos aos segurados diriam respeito a despesas com alimentação, fornecida *in natura*, sobre a qual, em seu entendimento, não há “incidência tributária”.

Para melhor análise da questão, vejamos o que restou consignado na decisão de primeira instância:

Não prospera a alegação do sujeito passivo de que não houve descumprimento da obrigação acessória prevista na legislação mencionada no Relatório que precede o presente Voto. Sustenta o sujeito passivo que as parcelas relativas às despesas com Alimentação e às glosas de salário família não tem incidência tributária, conforme restou comprovado na defesa do AI n.º 37.201.616-2. Sucede que as alegações insertas na impugnação foram refutadas quando do julgamento do referido Auto de Infração. Ademais, ainda que fosse aceita tal argumentação, persiste a autuação em relação aos segurados contribuintes individuais, uma vez que a multa é única, ou seja, basta que o contribuinte deixe de reter a contribuição relativa a um único segurado para que a infração se configure e a penalidade continue existindo.

Conforme se observa, mesmo que a tese da Recorrente prospere no julgamento do recurso referente ao DEBCAD n.º 37.201.616-2, o lançamento efetuado nesse DEBCAD não diz respeito apenas a valores pagos a título de alimentação fornecida *in natura*, mas também pagamentos efetuados a contribuintes individuais, não questionados no presente recurso.

Logo, como bem assentado na decisão recorrida, uma vez que a multa em questão é única, bastando para a sua aplicação apenas que não seja arrecadada a contribuição em relação a um segurado, não há como se acolher a defesa nesse ponto.

Da alegação de inconstitucionalidade e violação à norma do CTN

Aduz a Recorrente que a irregularidade tratada no presente processo diz respeito ao ano de 2004, porém, a fiscalização utilizou como critério de valor mínimo para a fixação da multa montante vigente somente a partir de março de 2008.

Alega, ainda, ser inconstitucional a regra prevista no § 8º do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24/7/91, citada pela DRJ, além de violar o disposto no art. 105 do Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172, de 25/10/66.

Pois bem, o dispositivo em comento informa que o “valor mínimo [...] será o vigente na data da lavratura do auto-de-infração”.

Quanto à alegada inconstitucionalidade, insta destacar que este Conselho não é competente para se pronunciar a respeito, sendo nessa linha o enunciado da Súmula CARF nº 2:

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

Quanto à alegada violação ao CTN, trazemos à baila o seguinte excerto do voto condutor do Acórdão 2401-004.187, de relatoria do Conselheiro Cleberson Alex Friess, que bem elucida o caso e com o qual concordamos:

d) Critério de atualização das multas

66. Finalmente, como último ponto controvertido, a recorrente pleiteia a aplicação do valor-base da multa vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, no ano de 2007, e não aquele vigente quando lavrado o auto de infração em 2011.

66.1 Nessa linha de entendimento, salienta que os critérios utilizados pela fiscalização para definição do limite do salário de contribuição aplicável aos fatos geradores de 2007 foram os valores correspondentes à época dos meses a que se referiram.

67. Pois bem. Como sabido, as infrações a que aludem os autos de infração sob análise decorrem de descumprimento de deveres instrumentais previstos na Lei nº 8.213, de 1991, sujeitas à aplicação de multa variável, expressa em moeda corrente, cuja gradação da penalidade foi detalhada no RPS.

68. De acordo com o art. 134 da Lei nº 8.213, de 1991, e o art. 373 do RPS, os valores em moeda corrente serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices dos benefícios previdenciários:

Lei nº 8.213, de 1991

Art. 134. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos valores dos benefícios.

RPS, de 1999

Art. 373. Os valores expressos em moeda corrente referidos neste Regulamento, exceto aqueles referidos no art. 288, são reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos benefícios de prestação continuada da previdência social.

69. Note-se que não cuida o dispositivo de majoração da base de cálculo da penalidade, que a torne mais onerosa, até porque o reajustamento é definido por intermédio de portaria interministerial.

69.1 Trata-se apenas de atualização do valor monetário da penalidade, dado que a moeda com o passar do tempo sofre uma depreciação, cujo resultado ao final não representa aumento de valor, mas mero incremento nominal.

70. Mostra-se, assim, inapropriado o raciocínio desenvolvido pela recorrente comparando o valor-base da multa e os critérios que são utilizados para as obrigações principais.

71. Isso porque, no caso de obrigação principal, a simples ocorrência do fato gerador previsto em lei faz nascer a obrigação tributária e, conseqüentemente, instaura-se a relação jurídica entre as partes.

71.1 Para se calcular a contribuição do segurado empregado, utiliza-se as faixas de salário de contribuição vigentes nos meses a que se referem os pagamentos ou créditos da remuneração, porque se confronta grandezas semelhantes no tempo.

71.2 Uma vez não recolhida a contribuição, a partir do vencimento da obrigação tributária incide juros de mora sobre o valor do tributo não pago, independentemente da lavratura de auto de infração.

72. Já na hipótese da obrigação acessória, como ora se cuida, a situação é distinta.

Para que se "transforme" em principal, é necessário, além do descumprimento da obrigação acessória pelo infrator, a identificação da irregularidade e aplicação da penalidade pecuniária pelo Fisco.

73. Defende a recorrente o "melhor dos mundos" para o infrator, por assim dizer. Em outras palavras, o sujeito passivo pleiteia a utilização do valor-base da multa para a sanção pecuniária vigente à época dos fatos geradores, ocorridos em 2007, correspondente a um valor monetário defasado, sem correção monetária ou incidência de juros de mora até a data da constatação da infração, no ano de 2011, quando então lavrou-se o auto de infração e aplicou-se a multa.

74. Em síntese, a multa por infração a dispositivo da legislação previdenciária aplica-se de acordo com a legislação da época dos fatos geradores, porém o seu valor-base, reajustado na forma prevista na legislação, será aquele vigente na data da lavratura do auto de infração.

75. Logo, infere-se que o procedimento de fixar a multa de acordo com o valor reajustado na data da lavratura do auto de infração é legítimo, encontra amparo na lei e não afronta o art. 144 do CTN.

Lembrando que o valor atualizado da multa aplicada (R\$ 1.254,89) foi estabelecido pela Portaria Interministerial PT/MPS n.º 77 de 11/3/08, de observância obrigatória pela autoridade fiscal.

Além do mais, a legislação tributária somente pode ser afastada, nesse julgamento, nas hipóteses do art. 62, Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 9/6/15, porém, nenhum das hipóteses são evidenciadas no caso em tela.

Desse modo, não vemos a necessidade de retoque na decisão recorrida.

Conclusão

Isso posto, voto por negar provimento ao recurso voluntário

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira